

COORDENADORES:


EDUARDO VERA-CRUZ PINTO

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal). Coordenador Internacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (PUC-SP/ACNUR).

MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA

Professor Titular da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1º Vice-Presidente do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (PUC-SP/ACNUR).

DIREITO DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DE DADOS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2023
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

**EDUARDO VERA-CRUZ PINTO; MARCO ANTONIO MARQUES
DA SILVA (COORDS.)**

Direito Digital, Inteligência Artificial e Proteção de Dados.

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-197-0

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Inteligência Artificial. 4. Proteção de Dados.
5. Criptomoedas. 6. Cibercrime. 7. Algoritmo. 8. Tecnologia. 9. Direito à Privacidade.
10. Ativos Virtuais. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508


Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação	13
--------------------	----

I. A Ética e a Justiciabilidade dos Direitos na era Digital, 15

Rubén Miranda Gonçalves

Introdução	15
1. A projeção dos direitos: o discurso na era da inteligência artificial.....	16
2. O impacto da inteligência artificial sobre os direitos humanos	22
3. A realidade disruptiva em torno da inteligência artificial.....	29
4. A estrutura reguladora da UE sobre proteção de dados pessoais e ataques de cibersegurança	35
Conclusões	38
Referências Bibliográficas	40

II. A Proteção de Dados Sensíveis em Matéria Tributária, 43

Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa

Giancarla Coelho Naccarati Marcon

Introdução	43
1. O direito fundamental à intimidade. O sigilo de dados pessoais – o sigilo bancário e fiscal	44
2. A fiscalização tributária. Breves considerações.....	50
3. O armazenamento de dados pelas fazendas públicas e a permuta de informações entre os fiscos e no âmbito internacional.....	52
4. A LGPD e as repercussões ocasionadas na seara tributária	54
Considerações finais	58
Referências	59

III. A Transparência e o Acesso aos Dados, 61

José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro

A transparência como direito essencial.....	61
A lacuna indesejável.....	61
O desafio da segurança jurídica	65
A importância dos modelos jurídicos para a justiça	67
Eficácia social	68

Fundamentos da transparência como direito fundamental	69
Referências	76

IV. A Utilização de Inteligência Artificial na Avaliação de Impacto Legislativo, 77

André Moz Caldas

Miguel Arnaud

Introdução	77
A avaliação de impacto legislativo como um elemento essencial do procedimento legislativo	80
Utilização de ferramentas de inteligência artificial na análise de impactos legislativos	84
Aspetos a considerar na utilização de inteligência artificial	87
Síntese conclusiva	88

V. A Utilização de Metaversos como Ambientes Educacionais, 91

Suzana Catapreta Federighi

Introdução	91
1. Características da atuação no metaverso	93
2. Tecnologia e equipamentos	96
3. Privacidade e segurança de dados no processo educacional.....	97
4. O metaverso e efeitos adversos de seu uso contínuo	98
5. O comportamento ético esperado na atividade acadêmica e educacional	100
Conclusão	100
Referências	103

VI. Às Origens da Legislação Italiana sobre Crimes de Informática: A Recomendação do Conselho da Europa de 9 de Setembro de 1989 n° R (89)9 e a Lei n° 547, de 1993, 105

Salvatore Piliu

1. Introdução	105
2. <i>Computer crimes</i> : a Recomendação do Conselho da Europa n° R (89)9, de 13 de setembro de 1989 e a Lei n° 547, de 1993	106

3. A lista mínima da recomendação do Conselho da Europa nº R (89)9, de 13 de setembro de 1989 e a recepção dos ilícitos informáticos pela lei nº 547, de 1993: uma análise comparativa	107
a) O crime de fraude informática.....	107
b) O crime de falsidade informática	109
c) O crime de dano a dados e programas informáticos	111
d) O crime de sabotagem informática	112
e) O crime de acesso não autorizado.....	115
f) O crime de interceptação não autorizada.....	116
g) O crime de reprodução não autorizada de programa informático protegido	117
h) O crime de reprodução não autorizada de “topografia”.....	118
4. Os ilícitos penais estabelecidos na lista facultativa da Recomendação do Conselho da Europa de 1989.....	119
5. Conclusões. Dos <i>computer crimes</i> aos <i>cyber crimes</i> : linhas de evolução da normativa italiana.....	121
Referências	126

VII. Aspectos Penais da Lei de Ativos Virtuais no Brasil, 129

Isac Costa

1. Introdução	129
2. Definições Essenciais da Lei nº 14.478/2022.....	130
3. Normas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.....	133
4. Equiparação de Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais a Instituições Financeiras	135
5. Fraude com a Utilização de Ativos Virtuais, Valores Mobiliários ou Ativos Financeiros	135
6. Síntese	139
Referências	140

VIII. Atualidade das Criptomoedas e Lavagem de Valores, 141

Bruno Cogan

Alan Man Kar Sing

1. Preliminares sobre criptomoedas.....	141
---	-----

2. Linhas gerais sobre o Bitcoin.....	142
3. Outras criptomoedas.....	144
4. Criptomoedas e o Direito Brasileiro	148
5. Criptomoedas e lavagem de dinheiro.....	151
6. Possibilidade de lavagem de dinheiro no mundo das criptomoedas	152
7. Conclusão	154
8. Referências.....	155

IX. *Cibercrime – Tokens não Fungíveis e o Caminho para a Lavagem de Capitais, 157*

Marco Antonio Marques da Silva

Mariana Stuart Nogueira Braga

1. Introdução	157
2. Sociedade da Informação e <i>Cibercrime</i>	160
3. <i>Non-Fungible Tokens (NFTs)</i> – conceito, características e aquisição	165
4. Lavagem de bens e valores com criptomoedas e <i>NFTs</i> ?.....	174
5. Como prevenir a lavagem de dinheiro com <i>NFTs</i> ?	179
6. Conclusão	182
Referências	183

X. Ciberdireito e Justiça: Considerações Genéricas sobre os Problemas Jurídicos na Relação entre Tecnologia/Ideologia e Pessoa Humana, 187

Eduardo Vera-Cruz Pinto

XI. Cibersegurança Baseada em Comportamento, Sustentabilidade, Diversidade e Governança e a Autorregulação da Inteligência Artificial, 197

Paulo Salvador Ribeiro Perrotti

I. Introdução	197
II. Exemplos de práticas comerciais e vínculos comerciais no metaverso	198
III. O conceito de interoperabilidade, o <i>blockchain</i> e os <i>NFTs</i>	202
IV. Premissas do metaverso.....	203
V. O metaverso, sua regulação e políticas de controle	205
VI. A adoção de políticas de sustentabilidade, diversidade e governança no ambiente digital.....	207

VII. Segurança com base em comportamento do usuário (<i>behavior based cybersecurity</i>).....	210
VIII. Conclusão	212
Referências	212

XII. Constituição e Direitos Fundamentais na Era Digital, 215

Pedro Estevam Alves Pinto Serrano

Introdução	215
1. Introdução às respostas do constitucionalismo do pós-guerra às influências dos ideários do normativismo de matriz kelseniana.....	216
2. Constituição e direitos fundamentais na contemporaneidade da era digital.....	220
Considerações finais	222
Referências	223

XIII. Democracia, Liberdade de Expressão e *Fake News*: Tratamento Constitucional da Matéria no Brasil, 225

Régis Munari Furtado

1. Introdução	225
2. A liberdade de expressão sob a perspectiva da Constituição de 1988	225
3. Algumas notas sobre a democracia e a Constituição de 1988	228
4. Notícias falsas e limitações à liberdade de expressão: da proteção constitucional ao risco de erosão democrática.....	232
5. Considerações finais.....	237
Referências	238

XIV. Elementos Históricos da Disciplina Jurídica da Proteção de Dados Pessoais e o Consentimento, 239

Renato Afonso Gonçalves

Silvio Gabriel Serrano Nunes

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

Introdução	239
1. “ <i>Right to be let alone</i> – o direito a ser deixado só”	242
2. Manifestações de assimetria de poder informacional.....	244
3. As gerações de leis de proteção de dados: avanços e refluxos no protagonismo do consentimento	246

Considerações finais	250
Referências	251

XV. Inteligência Artificial: Um Facilitador da Mediação Familiar?, 253

Rui Pinto de Almeida

Inteligência Artificial.....	253
Mediação de conflitos.....	255
A confiança.....	256
Recolha de dados.....	258
O signo linguístico	259
Reconhecimento da fala.....	263
Escuta inteligente	265
Questões de representação.....	266
Referências	268

XVI. Novas Realidades, Novos Direitos. Algumas Reflexões sobre a Necessidade de Salvar os Dados Pessoais, 271

Laura Miraut Martín

I. Introdução	271
II. A categorização do direito à proteção de dados pessoais no marco conceitual dos direitos fundamentais	273
III. A versatilidade do direito à privacidade.....	283
IV. Os riscos do poder tecnológico para a proteção de dados pessoais....	289
V. Conclusão.....	294
VI. Referências	296

XVII. New Technologies, Cyberspace an Constitutional mutations: From the loss of algorithmic innocence to the juridical-constitutional relevance of Technological Facts and Norms, 299

Raquel Brizida Castro

1. New technologies and some legal-constitutional perplexities	299
2. Intersections, inclusions and exclusions in the relations between the state of exception and the legal order	303
2.1. The State of Exception in the Portuguese Legal and Constitutional Order.....	305

3. Jurisdictional activity as a source of resistance against impure constitutional mutations	309
4. Factual and jurisprudential sources of constitutional mutations generated by cyberspace.....	314
4.1. Technological Standards and Norms (e-Norms), Cyber-Norms and Legal-Constitutional scrutiny.....	317
4.2. Legal and Constitutional Relevance of Code and Algorithms	321
4.3. Privacy & Terms and Private Legal Norms	330
5. The erosion of the rule of law and rights, freedoms and guarantees in cyberspace.....	334
6. Conclusion.....	336

XVIII. O Direito deve Temer o Robô?, 339

José Renato Nalini

XIX. Os Desafios Atuais do Mundo Digital: Inclusão, Processamento Algorítmico e Proteção de Dados, 357

Priscila de Castro Busnello

Introdução	357
1. O mundo digital, a expansão da internet e das infraestruturas de conexão	360
2. A inteligência artificial: questões de governança algorítmica e conciliação entre o aspecto jurídico e digital.....	363
3. A evolução sobre a compreensão da privacidade	367
Conclusão.....	370
Referências	371

XX. Tecnologias e Criação de Direitos – O Caso dos Dados Pessoais, 375

Nuno M. Guimarães

1. Introdução	375
2. A privacidade como lei natural	376
3. Quadros normativos da privacidade – as origens e princípios	377
4. A <i>infoesfera</i>	379
5. Proteção de dados pessoais a nível global.....	380
6. O comportamento individual como bem	382

7. Um direito pessoal à autonomia, “a não ser observado” ou ao “anonimato digital”	384
8. Conclusão	385
9. Referências.....	386

XXI. Terrorismo, Interceptação de Dados e o Direito à Privacidade, 389

Claudio José Langroiva Pereira
Marcelo Carita Correra

1. Introdução	389
2. O terrorismo e os limites da privacidade.....	390
3. Uma nova proposta para o poder legislativo.....	397
4. Conclusão	400
5. Referências.....	402

XXII. Um Passo Além: Inteligência Artificial, 405

Paulo Dias de Moura Ribeiro

1. Apresentação.....	405
2. Armazenar informações.....	406
3. Inteligência Artificial e o Superior Tribunal de Justiça	409
4. Inteligência Artificial, Ética e o Direito Autoral.....	411
5. Inteligência Artificial e a história grega da nossa evolução	424
6. Conclusão	426
7. Referências.....	426

XXIII. Algumas Reflexões sobre a Extensão Universitária e o Digital, 427

José Barroso Filho
Luciana Oliveira de Souza
Rafael Seixas Santos

Introdução	427
1. Da Educação Superior na Prática da Liberdade	429
2. Anotações sobre o Reflexo das Tecnologias sobre a Educação Superior	432
3. Aportes e Análises sobre a Extensão e o Mundo Digital.....	438
Considerações Finais.....	441
Referências	442